



## **Terceirização e Precarização: Impactos e Desafios nas Relações de Trabalho**

### **Autor(res)**

Luana Brandão Ribeiro  
Jhonatan Santos De Lima  
Raiza Sousa Diniz  
Zulmira Carolina Magalhães De Abreu  
Jackson Alves Cardoso Junior  
João Wesley Da Silva Sousa  
Vitória Beatriz Pereira Miranda

### **Categoria do Trabalho**

Trabalho Acadêmico

### **Instituição**

FACULDADE ANHANGUERA DE IMPERATRIZ

### **Introdução**

Este estudo aborda a terceirização e seus impactos nas relações de trabalho, fenômeno crescente que transforma dinâmicas entre trabalhadores e empregadores.

A pesquisa será conduzida por meio de levantamento bibliográfico em bases acadêmicas, analisando jurisprudências e legislações, como as Leis nº 13.429/2017 e nº 13.467/2017, que ampliaram a terceirização para todas as atividades. O entendimento do STF, que reconhece sua legalidade, também será explorado.

Espera-se que os resultados proporcionem uma visão abrangente dos desafios e oportunidades da terceirização, identificando lacunas na legislação e propondo melhorias para garantir relações de trabalho mais justas e sustentáveis. Busca-se contribuir para um debate informado, auxiliando trabalhadores, empregadores e legisladores a compreenderem melhor essa prática e suas consequências no cenário atual.

### **Objetivo**

Analisar os impactos da terceirização nas relações de trabalho, considerando suas implicações jurídicas, sociais e econômicas.

Compreender como a legislação, especialmente as Leis nº 13.429/2017 e nº 13.467/2017, influencia essa prática e seus efeitos sobre trabalhadores e empregadores, contribuindo para um debate informado e para a construção de relações laborais mais justas e equilibradas.

### **Material e Métodos**

Este estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, com base na análise de livros, artigos científicos, jurisprudências e legislações pertinentes ao tema da terceirização, a fim de reunir diferentes perspectivas sobre os impactos da terceirização nas relações de trabalho.

A legislação analisada inclui as Leis nº 13.429/2017 e nº 13.467/2017, que ampliaram a terceirização para todas as atividades, além de decisões do Supremo Tribunal Federal que reconhecem sua legalidade. Os critérios de



seleção dos materiais consideraram a relevância e atualidade das fontes para garantir uma abordagem consistente e embasada.

Buscou-se compreender os desafios e oportunidades gerados pela terceirização, identificando suas consequências jurídicas, sociais e econômicas. Os dados coletados foram organizados e sintetizados para fornecer uma visão crítica do tema, permitindo reflexões sobre a necessidade de melhorias nas políticas e regulamentações que regem essa prática no mercado de trabalho.

## **Resultados e Discussão**

A terceirização, embora tenha permitido maior flexibilidade para as empresas, trouxe desafios significativos para trabalhadores e empregadores. As Leis nº 13.429/2017 e nº 13.467/2017 expandiram a prática para todas as atividades, resultando em custos menores para as empresas, mas também em uma precarização das condições de trabalho para os terceirizados. Juridicamente, a falta de regulamentação e fiscalização adequada tem gerado insegurança em relação aos direitos trabalhistas dos empregados, como férias e 13º salário.

Do ponto de vista social, a terceirização tem aprofundado a divisão entre os trabalhadores com vínculo direto e os terceirizados, criando desigualdades nas condições de trabalho. A estabilidade no emprego e as oportunidades de ascensão profissional tornam-se mais limitadas para esses últimos. Para os empregadores, a redução de custos é vantajosa, mas também exige maior controle e gestão para garantir o cumprimento das leis trabalhistas.

## **Conclusão**

A terceirização no Direito do Trabalho, apesar de lícita, pode prejudicar os trabalhadores. Inicialmente criada para especializar serviços e reduzir custos, sua prática muitas vezes visa apenas diminuir despesas empresariais, sem considerar os direitos trabalhistas. A falta de legislação específica e fiscalização inadequada resultam em precarização das relações de trabalho. Mesmo quando regulada, a terceirização favorece os empregadores e contribui para a desvalorização do trabalho.

## **Referências**

ALVARENGA, Rúbia Zanotelli. Terceirização e direito do trabalho. Disponível em: <https://editoraforum.com.br/wp-content/uploads/2017/03/terceirizacao-direito>. Acesso em: 22 de março de 2025.

BRASIL, Consolidação das leis trabalhistas. 2017. Disponível em: [Http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](Http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm). Acesso em: 22 de março de 2025.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil 1988. Disponível em: [Http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](Http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 22 de março de 2025.

BRASIL, Lei nº 13.429 de 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm). Acesso em: 22 de março de 2025.

STF. Supremo Tribunal Federal. STF reitera que terceirizados e empregados da tomadora de serviço tem de diferentes. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=518725&ori=1> acessado em: 22 de março de 2025.